

## Demonstrações Contábeis

FEDERAÇÃO ESPIRÍTA DO ESTADO DE SÃO PAULO

31 de dezembro de 2021 e 2020

Com Relatório do Auditor Independente

Sobre as Demonstrações Contábeis

### NOSSOS ESCRITÓRIOS

#### São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar  
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ [saopaulo@grupoaudisa.com.br](mailto:saopaulo@grupoaudisa.com.br)

### UNIDADES DE APOIO

#### Recife

✉ [recife@grupoaudisa.com.br](mailto:recife@grupoaudisa.com.br)

#### Rio de Janeiro

✉ [riodejaneiro@grupoaudisa.com.br](mailto:riodejaneiro@grupoaudisa.com.br)

#### Porto Alegre

✉ [portoalegre@grupoaudisa.com.br](mailto:portoalegre@grupoaudisa.com.br)

### SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)

📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](https://www.portalaudisa.com.br)

São Paulo, 20 de setembro de 2022.

Aos conselheiros e administradores da

**Federação Espírita do Estado de São Paulo**

**Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.<sup>a</sup> o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021 e 2020 da Federação Espírita do Estado de São Paulo**

Atenciosamente

*Alexandre Chiaratti do Nascimento*

Sócio

**NOSSOS ESCRITÓRIOS**

**São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar  
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

**UNIDADES DE APOIO**

**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

**Rio de Janeiro**

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

**Porto Alegre**

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

**SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS**

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Federação Espírita do Estado de São Paulo

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

## SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente ..... 4-7

## Anexos:

Balanços patrimoniais

Demonstração do resultado do período

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

### NOSSOS ESCRITÓRIOS

#### São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar  
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

### UNIDADES DE APOIO

#### Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

#### Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

#### Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

### SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Federação Espírita do Estado de São Paulo

CNPJ. 61.669.966/0001-00

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis.**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Federação Espírita do Estado de São Paulo** que compreendem o balanço patrimonial, em **31 de dezembro de 2.021**, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da entidade, em **31 de dezembro de 2.021**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**NOSSOS ESCRITÓRIOS**

**São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar  
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

**UNIDADES DE APOIO**

**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

**Rio de Janeiro**

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

**Porto Alegre**

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

**SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS**

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

### NOSSOS ESCRITÓRIOS

#### São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar  
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

### UNIDADES DE APOIO

#### Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

#### Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

#### Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

### SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

**NOSSOS ESCRITÓRIOS****São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar  
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

**UNIDADES DE APOIO****Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

**Rio de Janeiro**

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

**Porto Alegre**

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

**SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS**

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 20 de setembro de 2.022

**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**

**CRC/SP 2SP 024298/O-3**

**ALEXANDRE CHIARATTI DO  
NASCIMENTO:14782348819**

Assinado de forma digital por  
ALEXANDRE CHIARATTI DO  
NASCIMENTO:14782348819

Dados: 2022.09.27 17:37:02 -03'00'

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Contador CRC.: 1SP 187.003/ O- 0

CNAI-SP-1620

**NOSSOS ESCRITÓRIOS**

**São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar  
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

**UNIDADES DE APOIO**

**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

**Rio de Janeiro**

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

**Porto Alegre**

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

**SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS**

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

## ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO  
NASCIMENTO (14782348819)  
Data: 9/27/2022 5:35:39 PM -03:00





## VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 8DA1B-B2B84-67AD5-D144B

---

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/8DA1B-B2B84-67AD5-D144B>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021

1. Balanço Patrimonial;
2. Demonstração do Resultado do Exercício;
3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
4. Demonstração do Fluxo de Caixa;
5. Notas explicativas.

## 1 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL				
	N.E.	2021	N.E.	2020
<b>ATIVO</b>				
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa Geral	5.1	11.867	4.1	9.804
Bancos e Aplicações	5.1	5.624.795	4.1/4.2	9.381.448
Créditos com Subvenções	5.3	3.793.066	4.3	4.446.834
Créditos com Clientes	5.3	234.460	4.3	21.663
Outros Créditos	5.3	237.280	4.3	277.564
Estoques	5.6	297.713	4.6	337.373
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>10.199.181</b>		<b>14.474.686</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Imobilizado	8.0	40.751.443	7.0	41.407.881
Imobilizações em Andamento	8.1	3.984.244	7.1	1.754.532
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>44.735.687</b>		<b>43.162.413</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>54.934.868</b>		<b>57.637.099</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
Fornecedores		169.623		210.418
Obrigações sociais e Trabalhistas		624.106		527.866
Obrigações Tributárias		6.620		3.320
Convênios a Realizar a C. Prazo	5.4	2.566.294		2.663.353
Outras Contas a Pagar	9.0	470.841	8.0	324.408
Provisões para Contingências	9.1	126.624	8.1	122.758
Parcelamentos		52.339		235.421
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>4.016.446</b>		<b>4.087.543</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Parcelamentos a L. Prazo		-		-
Convênios a Realizar a L. Prazo	10.0	1.226.773	9.0	1.783.480
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>1.226.773</b>		<b>1.783.480</b>
<b>Patrimônio Social</b>				
Patrimônio Social		20.411.755		20.889.102
Déficit do Exercício	15.0	(1.465.715)	14.0	(1.073.407)
Superávit/Déficit de Exercícios Anteriores		0		-
Ajuste do Exercício Anterior		(608.710)		(80.581)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		31.354.320		32.030.961
<b>Total do Patrimônio Social</b>	<b>14.0</b>	<b>49.691.650</b>	<b>13.0</b>	<b>51.766.075</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>54.934.868</b>		<b>57.637.098</b>

As Notas Explicativas são Parte Integrante das demonstrações Contábeis

## 2 - DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) - PARTE A

D. R. E. (DESCRIPTIVO)	N.E.	2021	N.E.	2020
Vendas - livraria		377.916		352.246
Vendas - lanchonete/Café		46.997		162.694
Vendas - Bazar Sede MP		249.192		187.576
<b>Receitas de Vendas Ordinárias Não Vinculadas</b>	<b>N.E.</b>	<b>674.104</b>	<b>N.E.</b>	<b>702.515</b>
ICMS s/Vendas		(1.318)		(13.390)
<b>(-)Deduções s/Receitas de Venda</b>	<b>N.E.</b>	<b>(1.318)</b>	<b>N.E.</b>	<b>(13.390)</b>
CMV - Livros		(101.898)		(169.924)
CMV - Café		(20.669)		(78.518)
<b>Custos das Mercadorias Vendidas</b>	<b>N.E.</b>	<b>(122.567)</b>	<b>N.E.</b>	<b>(248.442)</b>
Contribuições de Associados		1.117.649		1.374.037
Receita de Aluguel		493.442		429.152
Receita de Doações		554.827		
Receita de Eventos		91.927		
Outras Receitas Operacionais		56.425		17.002
<b>Outras Receitas Ordinárias não Vinculadas</b>	<b>N.E.</b>	<b>2.314.271</b>	<b>N.E.</b>	<b>1.820.190</b>
Administrativas		(2.939.531)		(2.496.002)
<b>Despesas Gerais não Vinculadas</b>	<b>N.E.</b>	<b>(2.939.531)</b>	<b>N.E.</b>	<b>(2.496.002)</b>
<b>Superávit/ (Déficit) Ordinário não Vinculado</b>	<b>N.E.</b>	<b>(75.041)</b>	<b>N.E.</b>	<b>(235.129)</b>
Doações Recebidas	11.0	987.610		979.056
Nota Fiscal Paulista		64.464		96.189
Vendas de Bazar - CTFC		642.165		504.514
Eventos Beneficentes		22.388		125.401
<b>Receitas Provenientes de Ativ. da Área Social</b>	<b>N.E.</b>	<b>1.716.628</b>	<b>N.E.</b>	<b>1.705.159</b>
Contribuições até 70% - Lar Batuíra		43.864		59.574
Outras Receitas - CTFC		39.230		23.341
<b>Receitas - Lar Batuíra não pagantes/gratuitos</b>	<b>N.E.</b>	<b>83.094</b>	<b>N.E.</b>	<b>82.915</b>
<b>Receitas Ordinárias Vinc. à Assis. Social - Geral</b>	<b>N.E.</b>	<b>1.799.721</b>	<b>N.E.</b>	<b>1.788.074</b>
Recursos Humanos Assis. Social		(1.038.781)		(982.870)
Alimentação/Medicamentos de Assistido (Abastecimento)		(192.101)		(33.927)
Administrativas/Outras Despesas / Social		(223.511)		(20.449)
Despesas com Utilidade Pública e Concessionárias		(305.641)		(443.995)
Despesas de Depreciação		(231.859)		(143.773)
Gastos com Condomínio		0		(70.769)
Despesas Tributárias		(8.207)		(2.030)
Manutenção e Conservação		(237.301)		0
Serviços Prestados PJ		(94.303)		(140.167)
<b>(-) Gastos dos Serv. Prest. Assis. Social - Geral</b>	<b>N.E.</b>	<b>(2.331.704)</b>	<b>N.E.</b>	<b>(1.837.981)</b>
Recursos Humanos		(813.920)		(795.856)
Alimentos/Medicamentos		(167.941)		(158.430)
Serviços Prestados PJ		(126.773)		(162.128)
<b>(-) Gastos Serv. Prest. Assis. Social - Lar Batuíra</b>	<b>N.E.</b>	<b>(1.108.634)</b>	<b>N.E.</b>	<b>(1.116.414)</b>
<b>(-) Gastos Serv. Prest. Assis. Social</b>	<b>N.E.</b>	<b>(3.440.338)</b>	<b>N.E.</b>	<b>(2.954.395)</b>
<b>Superávit/Déficit Operac. Ativ. de Assis. Social</b>	<b>N.E.</b>	<b>(1.640.616)</b>	<b>N.E.</b>	<b>(1.166.321)</b>

Continua...

## 2.1 - DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) - PARTE B

Receita com Subvenções	5.4	3.359.847		2.428.874
<b>Receita Provenientes de Ativ. Educacional</b>	<b>N.E.</b>	<b>3.359.847</b>	<b>N.E.</b>	<b>2.428.874</b>
Recursos Humanos Ativ. Educacional		(2.816.489)		(2.130.695)
Administrativas / Educacional		(64.334)		0
Despesas com Utilidade Pública e Concessionárias		(89.105)		0
Manutenção e Conservação		(23.753)		0
Serviços Prestados PJ		(297.899)		(285.666)
Outras Despesas		(119.361)		(106.701)
Despesas de Depreciação		(37.673)		(30.656)
<b>(-) Gastos de Serviços Prestados em Educacional</b>	<b>N.E.</b>	<b>(3.448.615)</b>	<b>N.E.</b>	<b>(2.553.717)</b>
<b>Superávit/Déficit Operac. das Ativ. Educacionais</b>	<b>N.E.</b>	<b>(88.768)</b>	<b>N.E.</b>	<b>(124.844)</b>
(-) INSS - Quota Patronal devida (nota 12)	13.0	834.363		711.962
(-) Isenção COFINS/PIS (nota 12)	13.0	794.759		527.910
<b>Benefícios Sociais</b>	<b>N.E.</b>	<b>1.629.122</b>	<b>N.E.</b>	<b>1.239.872</b>
Despesas Financeiras		(57.159)		(48.629)
Despesas Financeiras Educacional		(7.739)		0
Receitas Financeiras		296.791		295.803
<b>(-) Efeitos Financeiros líquidos</b>	<b>N.E.</b>	<b>231.893</b>	<b>N.E.</b>	<b>247.174</b>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS		(41.753)		205.711
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>N.E.</b>	<b>(41.753)</b>	<b>N.E.</b>	<b>205.711</b>
Ganho na Venda de Imobilizado		148.570		0
<b>Lucro na Venda de Imobilizado</b>	<b>N.E.</b>	<b>148.570</b>	<b>N.E.</b>	<b>0</b>
<b>Superávit/Déficit antes da gratuidade e renúncia fiscal</b>	<b>N.E.</b>	<b>163.406</b>	<b>N.E.</b>	<b>166.465</b>
(-) INSS - Quota Patronal devida (nota 12)	13.0	(834.363)		(711.962)
(-) Isenção COFINS/PIS (nota 12)	13.0	(794.759)		(527.910)
<b>Renúncia Fiscal</b>	<b>N.E.</b>	<b>(1.629.122)</b>	<b>N.E.</b>	<b>(1.239.872)</b>
<b>Superávit/ Déficit Líquido do Exercício</b>		<b>(1.465.715)</b>		<b>(1.073.407)</b>

**As Notas Explicativas são Parte Integrante das demonstrações Contábeis**

### 3 - DMPL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
COMPONENTES	Patrimônio Social	Superavit/(Deficit) Exerc. Anterior	Ajuste de Aval. Patrim.	Superavit/ Déficit do Exercício	TOTAL
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>15.017.362</b>	<b>408.397</b>	<b>32.711.962</b>	<b>4.782.342</b>	<b>52.920.063</b>
Ajuste de Exercício anterior		(80.581)			(80.581)
Superavit/do Exercício 2020				0	0
Déficit do Exercício 2020				(1.073.407)	(1.073.407)
Realização da Depreciação de AVP 2020	681.001		(681.001)		0
Incorporação ao PL - Reserva de Reavaliação 2020					0
Incorporação ao PL - Deficit do Exercício 2019	5.190.739	(408.397)		(4.782.342)	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>20.889.102</b>	<b>(80.581)</b>	<b>32.030.961</b>	<b>(1.073.407)</b>	<b>51.766.075</b>
Ajuste de Exercício anterior		(608.710)			(608.710)
Superavit/Déficit Acumulado Exerc. Anterior					0
Superavit/do Exercício 2021					0
Déficit do Exercício 2021				(1.465.715)	(1.465.715)
Realização da Depreciação de AVP 2021	676.642		(676.642)		0
Incorporação ao PL - Reserva de Reavaliação 2021					0
Incorporação ao PL - Deficit do Exercício 2020	(1.153.988)	80.581		1.073.407	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>20.411.755</b>	<b>(608.710)</b>	<b>31.354.320</b>	<b>(1.465.715)</b>	<b>49.691.650</b>

**As Notas Explicativas são Parte Integrante das demonstrações Contábeis**

4 – DFC

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
	2021	2020
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Resultado Líquido do Exercício	- 1.465.715	- 1.073.407
Ajuste do Exercício Anterior	- 608.710	- 80.581
Depreciação e Amortização	1.024.607	703.528
<b>Resultado das Atividades Operacionais</b>	<b>- 1.049.818</b>	<b>- 450.460</b>
<b>Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional</b>		
Contas a Receber	- 653.768	2.788.247
Outros Créditos	- 174.492	- 277.564
Estoques	- 39.660	- 41.984
Fornecedores	- 40.795	3.313
Obrigações Sociais/Trabalhistas	- 96.240	118.987
Obrigações Tributárias	3.300	- 13.441
Outras Contas a Pagar	- 133.709	- 2.202.206
Provisão para Contingências	3.866	1.719
<b>Disponibilidades Líquidas Consumidas pelas Atividades Operacionais</b>	<b>- 1.131.497</b>	<b>377.070</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Disponibilidades sobre ganho na venda imobilizado		
Varição de Ativo Imobilizado	- 1.573.274	- 2.209.770
<b>Disponibilidades Líquidas Consumidas nas Atividades Investimentos</b>	<b>- 1.573.274</b>	<b>- 2.209.770</b>
-		
<b>Disponibilidades Líquidas Consumidas no exercício</b>	<b>- 3.754.590</b>	<b>- 2.283.159</b>
<b>Demonstração de Aumento nas disponibilidades</b>		
No início do Exercício	9.391.252	11.674.411
No fim do Exercício	5.636.662	9.391.252
<b>Aumento/Diminuição nas disponibilidades</b>	<b>- 3.754.590</b>	<b>- 2.283.159</b>

**As Notas Explicativas são Parte Integrante das demonstrações Contábeis**



## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FEESP** foi constituída sob a forma de Sociedade Civil, religiosa, filantrópica e cultural sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade de São Paulo.

A Feesp tem por objetivo precípua a divulgação da Doutrina Espírita em seu tríplice aspecto – filosófico, científico e religioso – e a prática da caridade, integrada com o movimento espírita estadual, nacional e internacional, com a finalidade de amparar, preparar e fortalecer indivíduos.

Em cumprimentos aos seus objetivos de relevância pública e social, a FEESP atuará por meios de execução direta de projetos, serviços ou planos de ação direcionados ao público em geral, ou de prestação de serviços intermediários de apoio às Casas espíritas, às outras organizações sem fins lucrativos e aos órgãos do setor público que atua em áreas afins, bem como no atendimento e assessoramento contínuo e permanente, de forma inteiramente gratuita e sem qualquer exigência de contraprestação por parte dos usuários, salvo no que preceitua o artigo 35 da lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) nas seguintes atividades:

### **I. DE CUNHO RELIGIOSO:**

- ✓ Desenvolvimento do ensino e prática da Doutrina Espírita codificada por Allan Kardec, através de cursos para todas as faixas etárias;
- ✓ Atendimento assistencial visando auxiliar no reequilíbrio do espírito e do corpo através de assistências espirituais específicas;
- ✓ Divulgação da Doutrina Espírita pelos meios de comunicação disponíveis;
- ✓ Coligação e troca de experiências com outras organizações espíritas do Estado de São Paulo, orientando e auxiliando-as na implantação de cursos e outras atividades doutrinárias, educacionais e assistenciais;
- ✓ Promoção e manutenção de contato com outras entidades espíritas estaduais, nacionais e internacionais para troca de conhecimentos e experiências.

## II. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ✓ Amparo à criança, ao jovem e ao adolescente, nos termos da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742/1993 e Lei nº 12.101/2009, investindo em sua melhoria e bem-estar, por meio da execução de programas e serviços de atendimento contínuo e permanente de proteção básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal;
- ✓ Acolhimento institucional ao idoso em residência de longa permanência, disponibilizando assistência à saúde e aos cuidados necessários à sua convivência e bem-estar, em estrita observância ao Estatuto do Idoso;
- ✓ Atendimento assistencial por meio de doação de cestas básicas, materiais de higiene, vestuários, refeições, palestras de esclarecimento sobre higiene e saúde às famílias carentes e indivíduos em situações de risco;
- ✓ Promoção de reuniões, palestras, conferências e outros eventos para discussão de temas envolvendo educação, higiene, saúde, sexualidade, orientação moral e cívica, prevenção às drogas, ao suicídio, às doenças sexualmente transmissíveis e orientação profissional visando o jovem, a família, a gestante e outros membros da comunidade;
- ✓ Manutenção de programas de geração de renda, de nutrição e assistência à saúde e economia solidária para assistidos, como forma de prevenção ao abandono, à vulnerabilidade social e às diversas situações de violação de direitos, dentre outros, para manutenção e fortalecimento da estrutura familiar;
- ✓ Promoção e manutenção de cursos profissionalizantes para a integração do indivíduo no mercado de trabalho, auxiliando a garantir e preservar seus direitos de cidadão.

### III. DE EDUCAÇÃO

- ✓ Promoção da educação, com base nos preceitos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n 9.394/1996 e alterações posteriores, por intermédio de creches, berçários, cursos de ensino fundamental, ensino médio e técnico, mantidos com recursos próprios e através de convênios com entidades públicas e privadas;
- ✓ Educar, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, que tem por base o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A **FEESP** tem sua Sede na Rua Maria Paula nº 140, Bela Vista, CEP 01319--000, São Paulo, Capital e atuação no Estado de São Paulo, mantendo as seguintes unidades como Subsedes:

- I. **Casa Transitória Fabiano de Cristo**: Av. Condessa Elisabeth de Robiano, 454, Belenzinho, CEP 03704-000, São Paulo/SP;
- II. **Casa do Caminho**: Av. Moisés Maimônides, 40, Vila Progresso, Itaquera, CEP 08240- 590, São Paulo/SP;
- III. **Santo Amaro: Rua Santo Amaro**, 370, Bela Vista, CEP 01315-001, São Paulo/SP;
- IV. **Centro de Convívio Infante Juvenil Dona Maria Francisca Marcondes Guimarães**: Rua Franca 145, Bosque dos Eucaliptos, CEP 12233-520, São José dos Campos/SP.

Em atendimento ao estabelecido na Lei 12.101/2009 (alterada pela Lei 12.868/2013 e Decreto 8.242/201), em seu Artigo 3º, Inciso II, que trata da destinação de seu patrimônio em caso de dissolução, a **FEDERAÇÃO ESPÍRITA DE SÃO PAULO** apresenta em seu Estatuto, no Título VI, Capítulo I – Do Patrimônio, Artigo 91 o seguinte texto: “Em caso de dissolução, o respectivo patrimônio líquido da **FEESP** será transferido para outra pessoa jurídica igualmente espírita, que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014, com as alterações da Lei 13.204/2015 e que tenha preferencialmente o mesmo objeto, a critério da Assembleia Geral.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2021, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas em reunião de Diretoria.

## **3. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

Em consonância com a Resolução CFC Nº 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumentos de valores atribuídos a elementos do ativo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado.

A entidade realizou no exercício de 2010 uma avaliação de seus bens Imóveis (Prédios e Edifícios) em conformidade com o disposto no ICPC – 10 Interpretações Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos pronunciamentos Técnicos CPC's 27, 37 e 43 os quais esclarecem que está permitido às empresas trazerem certos itens do seu ativo imobilizado a valor justo utilizando este valor como novo custo atribuído. O novo valor é tratado como se fosse o custo do bem na data de transição, que será depreciado prospectivamente ao longo de sua vida útil.

A previsão de atribuição de custo na adoção inicial (deemed cost) está em linha com o contido nas normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB (IFRS 1, em especial nos itens D5 a D8). Com esta avaliação o valor justo dos Imóveis foi admitido como custo atribuído. O novo valor é tratado como se fosse custo do bem na data de transição e será depreciado ao longo de sua vida útil.

A avaliação foi realizada por empresa especializada, a qual emitiu laudo de avaliação contendo a vida útil remanescente dos bens e o valor residual de forma que a partir do laudo estabelecemos novo tempo de vida útil e taxa de depreciação condizente.

O montante do Ajuste de Avaliação Patrimonial por conta da avaliação dos ativos a valor justo fez um montante de R\$ 31.354.319,81 (Trinta e um milhões trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e dezenove reais e oitenta e um centavos). Anualmente se registra nas contas patrimoniais a realização do ajuste através da depreciação das contas do imobilizado.

#### **4. AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS**

A entidade realizou no exercício de 2021 uma avaliação de seus bens móveis que utilizará para fins contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, elaborado pelo *International Financial Reporting Standard* – IFRS, ratificado no Brasil pela Lei 11.638/07 e normatizado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC's, órgão do Conselho Federal de Contabilidade, e, para isto, contratou empresa especializada- **Controle Assessoria, Projetos e Gestão de Ativos**.

O objetivo deste laudo técnico é determinar o valor de mercado de bens físicos pertencentes à Empresa, localizados na cidade de São Paulo/SP e suas subdeses.

A finalidade deste Laudo Técnico é a avaliação patrimonial ao valor de mercado de determinados bens: máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos e veículos da entidade.

Para esta avaliação foi atingido o nível de fundamentação **Grau II**, em conformidade com as seguintes normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, pertinentes para esta avaliação, quanto ao grau de Precisão.

A vistoria técnica foi realizada no dia 13 de dezembro de 2021 e individualizada a localização e características dos ativos avaliados, assim como as fotos, conforme documentadas, colhidas por ocasião da vistoria ao local, no endereço da entidade interessada, tendo sido efetuada pelo técnico patrimonial Osvaldo Lopes e analisadas pelo responsável técnico Engenheiro Mecânico Jonas Fantin Giacomelli.

A Avaliação de bens móveis de acordo com os laudos, demonstra o valor reavaliado no montante de R\$1.121.849,65.

## **5. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Os saldos do exercício de 2021 demonstrado comparativamente com 2020 estão apresentados de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil para aquele período.

### **5.1 – Caixa Geral**

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

Abaixo apresentamos a composição do saldo em 31/12/2021:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Caixa Geral	11.866	9.804
Bancos C/Movimento	81,00	642
Aplicações Financeiras/Poupança	5.624.714	9.380.806
<b>TOTAIS</b>	<b>5.636.661</b>	<b>9.391.252</b>

## 5.2) Instrumentos Financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

## 5.3) Contas a Receber

As contas a receber estão apresentadas sem o ajuste a valor presente, o qual não foi calculado pela administração por julgar o saldo como valor não relevante se comparado com o total do Ativo.

O saldo da rubrica de Contas a receber em 31/12/2021 e 31/12/2020 está assim demonstrado:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Subvenções	3.793.066	4.446.834
Clientes	39.410	21.663
Demais Contas a Receber	432.330	277.564
<b>TOTAIS</b>	<b>4.264.806</b>	<b>4.746.061</b>

## 5.4) Convênios a Receber (Resol. CFC No. 1305/10 (NBCTG 07))

São recursos financeiros provenientes de Convênios firmados com órgãos governamentais e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução 1305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC No. 1409/12, que aprovou a ITG 2002.

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no decorrer do período tem as seguintes subvenções a receber do Poder Público Municipal:

**CRECHE MEIMEI** – Termo de Colaboração nº 08/18, firmado em 11/01/2018, validade 11/01/2018 à 11/01/2020, no valor total de R\$ 1.761.230,50, e Termo de Aditamento nº 03, firmado em 27/12/2019, Prorrogação em 02(dois) anos, o prazo originalmente fixado no Termo de Colaboração 08/18 para 11/01/2020 à 11/01/2022 e alteração do valor para R\$ 3.882.470,23. Em 18/11/2021, atualizado o valor para R\$ 3.943.724,35 o mesmo Termo de Aditamento nº 08/18, foi prorrogado por 2 anos, passando o contrato para o valor de R\$ 6.329.002,43.

**CRECHE BEZERRA DE MENEZES** - Termo de Colaboração nº 613/2017, firmado em 11/12/2017, validade 12/2017 à 12/2022 – 05(cinco) anos, valor total de R\$ 4.213.144,00.

**CRECHE FABIANO DE CRISTO** - Termo de Colaboração nº 1229/2017, firmado em 29/12/2017, validade 12/2017 à 12/2022 – 05(cinco) anos, valor total de R\$ 3.668.813,20.

SUBVENÇÕES	CRECHES	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
Pref. Municipal De S.P.	Creche Bezerra De Menezes	878.680	
Pref. Municipal De S.P.	Creche Fabiano De Cristo	514.631	
Pref. Municipal De S.J.C.	Creche Meimei	1.172.983	1.226.772,83
<b>TOTAL</b>		<b>2.566.294</b>	<b>1.226.773</b>

### 5.5) Prêmios de Seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade.



## 5.6) Estoques

Os estoques da entidade estavam assim apresentados em 31/12/2021:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Café	6.038	3.289
Livraria	291.675	334.084
<b>TOTAIS</b>	<b>297.713</b>	<b>337.373</b>

## 6. APROPRIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS:

As despesas e receitas estão sendo apropriadas pelo regime de competência.

## 7. DEMAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

- a. Classificam-se no **Circulante**, os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis com vencimentos até o encerramento do exercício seguinte.
- b. No **Ativo Não Circulante** são registrados os Ativos realizáveis a longo prazo, os Investimentos e os ativos imobilizados. Consistem de valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.
- c. **Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 07. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.
- d. **Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

- e. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido - São registrados por valores históricos contraídos, vencíveis em curto prazo e atualizados monetariamente.
- f. **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- g. **Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- h. **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- i. **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Contingências de Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

## 8. **IMOBILIZADO: O imobilizado está constituído da seguinte forma:**

DESCRIÇÃO	Depreciação %	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos		29.598.532	30.141.712	30.245.292
Edifícios	2% a 6,67%	17.556.973	16.201.960	16.176.380
Ap. Ar Condicionado	10 %	0	17.205	17.205
Equipos de. Vídeo e Som	10%	246.674	233.746	102.828
Equipos de informática	20%	778.471	333.547	212.452
Instalações	10%	291.850	70.617	70.617
Máquinas Ap. e Equipos	10%	0	497.036	479.634
Móveis e Utensílios	10%	1.157.653	875.630	611.600
Aparelhos de Diversão	10%	0	32.508	32.508
Biblioteca	10%	0	173.616	173.616
Veículos	20%	294.062	534.549	534.549
Licença de Softwares	20%	6.936	0	0
<b>VALOR ATUALIZADO</b>		<b>49.931.150</b>	<b>49.112.126</b>	<b>48.656.681</b>
( - ) Depreciação Acumulada		(9.179.707)	(7.704.245)	(7.000.717)
<b>VALOR RESIDUAL</b>		<b>40.751.443</b>	<b>41.407.881</b>	<b>41.656.171</b>

A entidade registrou em 31 de dezembro de 2010, mediante laudo de avaliação emitido por empresa especializada Padrão Consultoria, um aumento por reavaliação em seus ativos permitido pelas normas brasileiras de contabilidade na adoção inicial de IFRS/PME. O valor da reavaliação nos Imóveis da entidade totalizou R\$ 51.657.590 (cinquenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e noventa reais). As taxas de depreciação dos Edifícios foram calculadas de acordo com seu tempo de vida útil, sendo assim não temos como individualizar os bens. A partir do exercício de 2011 a entidade registrou as despesas de depreciação dos valores reavaliados ao valor justo em 31/12/2010.

### 8.1- Obras Em Andamento

Obras em Andamento Representam o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel.

Na medida em que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial.

Em 2021 totalizamos o valor de R\$ 3.984.244 em Obras em Andamento.

## 9. OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo da rubrica de Contas a pagar em 31/12/2021 e 31/12/2020 está assim demonstrado:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
CONTAS DE CONCESSIONÁRIAS	20.216	27.546
PREMIOS DE SEGUROS	13.829	22.686
GASTOS COM OBRAS	62.322	195.267
DEPÓSITO FIANÇA	30.506	26.650
PROVISÕES SOBRE ALUGUEL	12.281	52.259
ADIANTAMENTO DE SUBVENÇÕES	331.686	0
<b>TOTAIS</b>	<b>470.841</b>	<b>324.408</b>

### 9.1) Provisão Para Contingências Trabalhistas (Resolução CFC No. 1.180/09 NBC TG 25)

Em atendimento a Resolução CFC Nº 1.180/09, e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (fiscais e/ou trabalhistas e/ou tributários) que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão, no qual demonstraremos abaixo tratamento contábil adotado:

A entidade possui reclamações trabalhistas e cíveis em andamento judicial. A perda estimada dos processos classificados como sendo de risco provável foi provisionada no Passivo Circulante da Entidade e está no montante de R\$ 126.624. De acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, em função da expectativa de desfecho dos processos, não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados.

As contingências possíveis, no montante de R\$ 126.624 estão apresentadas de acordo com os critérios dos assessores jurídicos da entidade.

Contingências Cíveis: O saldo de contingências cíveis possíveis totaliza em 31/12/2021 o montante de R\$ 69.969.

Contingências Trabalhistas: O saldo de contingências trabalhistas possíveis totaliza em 31/12/2021 o montante de R\$56.655.

## **10. CONVÊNIOS RECEBIDOS (RESOL. CFC No. 1.305/10 (NBC TG 07))**

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07-Subvenção e Assistência Governamental e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A entidade mantém os seguintes convênios com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo recebido de ambos o montante abaixo, no período de 2021 e 2020:

<b>CENTRO DE CONVÍVIO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS</b>		
<b>CONVENIOS - PMS.J.CAMPOS</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Convênio CECOI 29.103/13	1.117.183	1.059.571
<b>TOTAL</b>	<b>1.117.183</b>	<b>1.059.571</b>
<b>CASA TRANSITÓRIA FABIANO DE CRISTO</b>		
<b>CONVENIOS - PMSP</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Convênio 145/SAS-SME/2002- Creche Fabiano de Cristo	1.160.978	671.182
Convênio Creche Bezerra de Menezes	1.081.685	698.120
<b>TOTAL</b>	<b>2.242.663</b>	<b>1.369.302</b>

Os recursos de convênio são submetidos a prestações de contas mensais, estando a Entidade em dia com suas obrigações junto aos órgãos convenientes. Estas receitas são contabilizadas como recursos da área de educação.

## **11. CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES**

De acordo com a Resolução CFC Nº 1409/12 Conselho Federal de Contabilidade em seu item 27, letra “f”, no exercício de 2021 a Entidade teve as seguintes doações com restrição ou vinculação.

No exercício social findo em 31/12/2021, a entidade recebeu em doação e contribuições de associados o montante de R\$2.873.879 de diversas pessoas físicas e jurídicas os quais figuram como Receitas de Doações e Mantenedores Casa Transitórias.

<b>CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Contribuições de Associados	1.117.649	1.374.037
Doações Recebidas Vinculadas a Assistência Social	1.542.437	979.056
<b>TOTAL</b>	<b>2.660.086</b>	<b>2.353.093</b>

### **11.1 - Projetos Realizados**

A entidade no decorrer do ano de 2021, realizou vários projetos e ações em combate a Pandemia, como exemplo, a distribuição de cestas básicas à população em situação de vulnerabilidade social, nas unidades subsedes Casa Transitória Fabiano de Cristo, Casa do Caminho e Santo Amaro, bem como, a realização de atividades que antes eram realizadas de forma presencial, passou a ser realizada de forma virtual, através de mídias digitais.

## **12. DEMONSTRATIVO DAS GRATUIDADES**

A aplicação dos recursos em Gratuidades atendeu o que preceitua a Constituição Federal no Art. 195, III §7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às Entidades Beneficentes de Assistência Social que atendem as exigências estabelecidas em lei. A Lei nº. 8.212 de 24/07/91 - Lei do Custeio da Previdência Social, em seu Art. 55, a Lei 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14.

A Instituição no atendimento aos seus objetivos aplicou em Gratuidades no exercício de 2021 o montante de R\$ 1.946.239. (R\$ 1.679.616 em 2020).

(a). Excluídos as receitas e gastos com convênios públicos.

### **13. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14) a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

Está sendo demonstrado a seguir o valor relativo às isenções previdenciárias e contribuições sociais usufruídas durante o exercício de 2021:

<b>ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
INSS COTA PATRONAL	834.363	711.962
COFINS (Lucro Real) 7,60%	652.991	433.742
PIS (Lucro Real) 1,65%	141.768	94.168
<b>TOTAL</b>	<b>1.629.122</b>	<b>1.239.872</b>

**NOTA 13.1 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO** é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

**NOTA 13.2 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO** é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

**NOTA 13.3 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO** é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: ♦ a Instituição é regida pela Constituição Federal a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; ♦ não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); ♦ não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

**NOTA 13.4 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA** A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). 9 O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.41 do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.42 do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

**NOTA 13.5 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO** é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97, Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14).

**NOTA 13.6 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO** é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1o. da Lei No. 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características: ♦ a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; ♦ a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida); ♦ existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é dispensada de pagar o tributo; ♦ há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.



**NOTA 13.7 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA** A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é uma entidade beneficente de assistência social e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14), cumpri os seguintes requisitos:

**ESTATUTÁRIOS** ♦ não percebem a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; ♦ aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; ♦ não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; ♦ atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as); ♦ tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas; ♦ consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei No. 8.742/93 (LOAS) e Decreto No. 6.308/07.

**OPERACIONAIS E CONTÁBEIS** ♦ possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; ♦ mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; ♦ conserva em boa ordem e digitalizados, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; ♦ cumpre as obrigações assessórias estabelecidas na legislação tributária; ♦ elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

**NOTA 13.8** - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS) A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14) e Entidade beneficente certificada, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas e o seu montante.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS
• 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais.
• RAT/SAT 2%
• TERCEIROS 5,8%
• COFINS 7,6% / PIS 1,65%

**NOTA 13.9** – OBRIGAÇÕES DA ÁREA SOCIAL PARA FINS DE CEBAS A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, de Assistencial Social renovou o recadastramento no Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com a portaria 36/2022, no Diário Oficial da União sob no. Processo 235874.0009710/2019, conforme determina a Resolução CNAS No. 14/2014, Os serviços de assistência social desenvolvidos pela FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto No. 6.308/07, Resolução do CNAS No. 109/09 e Resolução CNAS No. 14/2014.

#### **14. PATRIMÔNIO SOCIAL**

O Patrimônio Social compreende o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos valores de superávit e diminuído de valores do déficit e ajustes entre contas patrimoniais das casas. Em 31 de dezembro de 2021, a FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO apresenta Patrimônio Social de R\$ 49.691.650.

#### **15. SUPERÁVIT/DEFICIT ACUMULADOS**

O Déficit do exercício de 2021 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

No exercício de 2021 a entidade apresentou um Déficit de R\$ 1.465.715

## 16. RATEIOS - DRE/ 2021

No exercício de 2021, foram realizados rateios de despesas dos departamentos que atendem à Sede e às Subsedes, são eles:

- ✓ Assessoria Jurídica, auditoria, contabilidade, serviços de informática, sistema de informação (Quadro 1).
- ✓ Áreas de Financeira + Associados, Doações + Institucional, Divulgação, Presidência e Prestação de Serviços PF. (Quadro 2).

Estes departamentos foram distribuídos para áreas de Assistência Social, educação e religiosa, conforme demonstram os quadros abaixo.

Quadro 1: RATEIO PRESTADORES DE SERVIÇOS P.J.

	FUNCIONÁRIOS	ASSES.JURÍDICA	AUDITORIA	CONTABILIDADE	INFORMÁTICA
Creche Bezerra	19	12.741,61	2.873,62	32.714,99	22.864,97
Creche Fabiano	15	10.059,17	2.268,65	25.827,63	18.051,29
SJC	32	0,00	4.839,78	0,00	38.509,42
CTFC	19	12.741,61	2.873,62	32.714,99	22.864,97
CTFC - Lar Batuirá	18	12.071,00	2.722,38	30.993,15	21.661,55
Sto Amaro	5	3.353,06	756,22	8.609,21	6.017,10
Sede	32	21.459,56	4.839,78	55.098,93	38.509,42
Presidência	1	670,61	151,24	1.721,84	1.203,42
Divulgação	1	670,61	151,24	1.721,84	1.203,42
Financeiro	3	2.011,83	453,73	5.165,53	3.610,26
Institucional	3	2.011,83	453,73	5.165,53	3.610,26
<b>TOTAIS</b>	<b>148</b>				
<b>TOTAIS</b>	<b>478.014,62</b>	<b>77.790,90</b>	<b>22.383,99</b>	<b>199.733,64</b>	<b>178.106,09</b>

ÁREA	SERVS PREST
EDUCAÇÃO	170.751,14
ASSIST SOCIAL	89.930,77
ASS SOCIAL LAR	67.448,08
RELIGIOSA (1)	149.884,62
<b>TOTAL</b>	<b>478.014,62</b>

Todos estes departamentos foram distribuídos para áreas de Assistência Social, educação e religiosa, tendo como base do rateio a folha de pagamento, o qual representa o gasto mais relevante.

## Quadro 2: RATEIO RECURSOS HUMANOS

	Depto 9 e 15	Depto 14 e 19	Depto 5	Depto 4		
mês	FINANC.+ ASSOC.	DOA. + INSTITUC.	DIVULGAÇÃO	PRESIDÊNCIA	PREST. SER. PF	TOTAL
jan./21	10.961,22	7.387,51	6.349,57	6.312,93	7.590,86	<b>38.602,09</b>
fev./21	10.460,81	7.803,93	5.971,92	5.996,09	7.518,00	<b>37.750,75</b>
mar./21	9.759,26	16.441,56	4.769,88	6.670,39	8.664,00	<b>46.305,09</b>
abr./21	11.074,17	5.616,77	5.252,53	4.964,66	7.900,00	<b>34.808,13</b>
mai./21	9.873,46	7.489,37	4.643,16	4.899,94	7.900,00	<b>34.805,93</b>
jun./21	8.514,30	6.330,13	4.593,57	5.441,90	7.976,80	<b>32.856,70</b>
jul./21	10.033,85	7.497,61	3.866,99	5.401,82	7.976,80	<b>34.777,07</b>
ago./21	11.236,84	6.247,96	4.678,57	5.695,85	7.476,80	<b>35.336,02</b>
set/21	13.981,95	9.921,37	8.366,99	6.846,33	7.476,80	<b>46.593,44</b>
out/21	13.799,53	11.942,52	5.434,92	3.762,73	7.476,80	<b>42.416,50</b>
nov./21	7.385,35	9.547,77	3.665,56	5.541,00	8.601,80	<b>34.741,48</b>
dez/21	32.398,17	10.042,02	7.653,03	10.008,35	8.601,80	<b>68.703,37</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>149.478,91</b>	<b>106.268,52</b>	<b>65.246,69</b>	<b>71.541,99</b>	<b>95.160,46</b>	<b>487.696,57</b>

ÁREA	Nº FUNC	PERCENTUAL	VALOR
ASSIST SOCIAL	24	16,22%	R\$ 79.085,93
ASSIST SOCIAL LAR	18	12,16%	R\$ 59.314,45
EDUCAÇÃO	66	44,59%	R\$ 217.486,31
RELIGIOSA	40	27,03%	R\$ 131.809,88
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 487.696,57</b>

## **17. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC No 1330/11 (NBC ITG 2000)**

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil e totalmente digitalizada.

## **18. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)**

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC No.1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC No. 1296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

## **19. IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELACIONADO A PANDEMIA DE CORONAVIRUS (COVID-19)**

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan. No dia 9 de janeiro de 2020, foi anunciado pela OMS que os casos de pneumonia estariam ocorrendo devido a um novo Corona vírus, tipo semelhante ao da Síndrome **Respiratória** Aguda Grave (Sars).

Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo.

A Administração entende que não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Corona vírus (COVID19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la, porém, nesse momento, está tomando medidas internas para avaliação dos impactos a nível de negócio e avaliou as normas mencionadas no comunicado divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade emitido no dia 9 de março de 2020 conforme destacado a seguir: \_ CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; \_ CPC 24 – Evento Subsequente \_ CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis; \_ CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e \_ CPC 48 – Instrumentos financeiros;

A Administração está envidando esforços para garantir com base nos princípios contábeis de que quaisquer impactos identificados sejam refletidos nos seus demonstrativos financeiros, contudo, concluiu na data de aprovação de emissão dessas Demonstrações financeiras que os estudos internos dos impactos do COVID19 até então realizados não se materializam e impactam as Demonstrações financeiras aqui apresentadas.

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

---

ROBERTO WATANABE

Presidente

CPF 679.343.748-87

---

MÔNICA DE ALMEIDA SCHMIDT

Contadora

CRC/SP:234.365-0

CPF 064.641.428-36